

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.547.767 - SP (2019/0213544-9)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694
LIANNA DE SOUZA RIBEIRO - DF026136
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192
LUIZ FERNANDO PINHEIRO GUIMARÃES DE CARVALHO -
SP361409
JUSUVENNE LUIS ZANINI - SP399243
AGRAVADO : ROSELAINE FAVERO
ADVOGADO : LUIZ CLÁUDIO MARQUES - SP132753

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15) interposto pela FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF em face da decisão que, em juízo prévio de admissibilidade, inadmitiu o recurso especial manejado pela ora agravante.

O apelo extremo, fundamentado no art. 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, foi manejado contra acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1202 e-STJ):

APELAÇÃO - AÇÃO REVISIONAL DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA - CTVA - NATUREZA SALARIAL RECONHECIDA - Parcela paga mensalmente, de modo que deve integrar a base de oco cálculo da suplementação de aposentadoria - Necessidade do respectivo custeio, a fim de o preservar o equilíbrio econômico-atuarial do plano - Inversão do ônus da sucumbência - Recurso provido.

Embargos de declaração opostos e rejeitados.

Nas razões de recurso especial (fls. 654/671), a recorrente apontou violação aos artigos 1022 do CPC/15, 18 da Lei Complementar n. 109/01, 6º e 7º da Lei Complementar n. 108/01, 360 do Código Civil, 6º da LINDB, bem como a necessidade de observância do julgamento, em recurso repetitivo, por parte deste STJ (Tema 955). Aduz, ainda, a existência de dissídio jurisprudencial.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1352-1363 e-STJ.

Inadmitido o apelo nobre na origem, foi interposto o presente agravo (fls. 1420-1441 e-STJ). Contraminuta às fls. 1471-1482.

É o relatório.

Decide-se.

1. Nos termos do entendimento firmado quando do Conflito de Competência n. 69.281/MG, DJe 02/03/2015, o julgamento de ação proposta com o intuito de discutir previdência complementar é de competência da Justiça Comum.

No entanto, em se tratando de hipóteses, como a vertida nos autos, em que se pretende o reconhecimento da natureza salarial da parcela CTVA e consequente reflexos em seu plano de previdência complementar, há a cumulação de pretensões de naturezas

distintas: previdenciária e trabalhista.

Em casos tais, a jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que as ações que visam a inclusão da CTVA na base de cálculo das contribuições efetuadas à Funcef são da Justiça do Trabalho.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA A CEF E A FUNCEF. PEDIDO QUE NÃO SE RESTRINGE À ANÁLISE DAS REGRAS DA PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. COMPETÊNCIA, INICIALMENTE, DA JUSTIÇA DO TRABALHO. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO. RECURSO DESPROVIDO.

1. A causa de pedir da contenda tem origem na exclusão da parcela denominada CTVA do salário de contribuição do autor, fato que terá repercussão financeira em sua aposentadoria futura, mas, cuja solução não se restringe à interpretação das regras da previdência complementar. 2. Considerando que a matéria em discussão é afeta à relação de emprego estabelecida com a CEF, ainda que haja reflexos no valor dos benefícios de responsabilidade da entidade de previdência privada, a FUNCEF, aplica-se ao caso, com as devidas adaptações, o comando da Súmula 170/STJ: "Compete ao juízo onde primeiro for intentada a ação envolvendo acumulação de pedidos, trabalhista e estatutário, decidi-la nos limites da sua jurisdição, sem prejuízo de nova causa, com pedido remanescente, no juízo próprio". Precedentes da Segunda Seção.

3. Não é admitida a utilização do agravo interno para prequestionar matéria constitucional com vistas à eventual interposição de recurso extraordinário.

4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos Edcl no CC 155.053/RS, SEGUNDA SEÇÃO, Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe 27/8/2018).

Outrossim, considerando a natureza de ordem pública da matéria, impõe-se o reconhecimento, de ofício, da incompetência da Justiça Comum para o julgamento do presente processo, não sujeito à preclusão.

Em semelhante sentido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. PLEITO DE RECONHECIMENTO DA NATUREZA SALARIAL DA PARCELA DENOMINADA "CTVA". REFLEXO NAS CONTRIBUIÇÕES PARA O PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR. CUMULAÇÃO DE PRETENSÕES DE NATUREZAS DISTINTAS. SÚMULA 170/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESPECIALIZADA NOS LIMITES DE SUAS ATRIBUIÇÕES. DECISÃO SURPRESA. INOCORRÊNCIA. PRECLUSÃO PRO IUDICATO. INEXISTÊNCIA. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. NÃO CONFIGURADO.

1. Cuida-se, na origem, de reclamatória trabalhista ajuizada em face da CEF e da FUNCEF, em que se pretende a inclusão da verba denominada CTVA - Complemento Temporário Variável Ajuste de Mercado na composição de

salário de participação, com os devidos reflexos no cálculo de benefício de complementação de aposentadoria.

2. A presente demanda cumula pretensões de natureza distintas, havendo um pedido antecedente de reconhecimento da natureza salarial da verba CTVA, com a condenação da ex-empregadora (CEF) em aportar contribuições previdenciárias, e um pedido consequente de recálculo do valor do benefício de suplementação de aposentadoria a cargo da entidade de previdência privada (FUNCEF).

3. Segundo a jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça em hipóteses como a presente, em se tratando de cumulação de pedidos envolvendo matérias de diferentes competências, deve a ação prosseguir primeiramente na Justiça Especializada, para o exame das pretensões derivadas da relação de trabalho, ressalvada a possibilidade de posterior ajuizamento de nova ação, perante a Justiça Comum, com vistas ao deslinde da controvérsia relativa ao reajuste do benefício de suplementação de aposentadoria. Aplica-se, com as adaptações necessárias, o disposto na Súmula 170/STJ.

Precedentes.

4. Em se tratando de tema amplamente debatido pelas partes, com amplo exercício do contraditório, não há que se falar em violação do art. 10 do CPC/2015 pela declaração, de ofício, da incompetência da Justiça Comum.

5. Conforme a jurisprudência desta Corte, estando em curso o processo, inexistente preclusão pro judicato para apreciação de competência absoluta. Precedente da Seção.

6. Hipótese em que se mostra desnecessária a instauração de conflito de competência, porquanto não caracterizada a situação retratada no art. 66, II, do CPC/15.

7. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AgInt no REsp 1704500/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/10/2019, DJe 30/10/2019)

AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. QUESTÃO ACERCA DE COMPETÊNCIA ABSOLUTA. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. INEXISTÊNCIA. DEMANDA PROPOSTA CONTRA O BANCO DO BRASIL. PORTARIA Nº 966/1947. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO.

1. Embora não seja possível às instâncias ordinárias rever eventuais decisões prolatadas no âmbito desta Corte de superposição, não preclui para o STJ o exame de questão passível de necessário exame, de ofício, por esta Corte (usurpação, pelo próprio STJ, da competência da Justiça laboral).

2. Com efeito, de acordo com a jurisprudência do STJ, estando em curso a lide, inexistente preclusão pro judicato para apreciação de competência absoluta. (REsp 1240091/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/10/2016, DJe 02/02/2017)

3. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar ação proposta diretamente contra o ex-empregador, sem haver pretensão formulada contra entidade de previdência privada, na hipótese em que se postula o recebimento de complementação de aposentadoria, a ser paga pelo ex-empregador e fulcrada apenas em normas internas que integram o

Superior Tribunal de Justiça

contrato de trabalho (Portaria nº 966/1947 do Banco do Brasil S/A).
(EREsp 1351280/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO),
SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 13/12/2017, DJe 01/02/2018)
4. Agravo interno não provido.
(AgInt no REsp 1410722/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,
QUARTA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 18/04/2018)

2. Ante o exposto, reconhece-se, de ofício, a incompetência absoluta da Justiça Comum para o exame e julgamento do feito, declarando a nulidade de todos os atos decisórios praticados no processo (art. 64, §§ 1º e 3º, CPC/2015) e determinando a remessa dos autos à Justiça do Trabalho para a análise e apreciação da presente demanda. Prejudicado o recurso especial, bem como o respectivo agravo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator